

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE JORGE AMADO E ALGUNS LITERATOS E INTERPRETES DA IDENTIDADE NACIONAL

Matheus de Mesquita e PONTES *

Balizando-se através do livro *O Cavaleiro da Esperança*¹, do literato Jorge Amado, que reivindica a libertação do líder comunista Luiz Carlos Prestes no princípio da década de 1940 pelo regime ditatorial do Estado Novo, propomos fazer uma análise das diversas posturas de interpretação e tentativa de construção de identidade nacional. Apesar das várias divergências sobre o perfil de nossa identidade, a maioria absoluta dos nossos interpretes nacionais possuem duas convergências de fundo comum: as mazelas de nosso povo são ligadas às consequências da colonização e a outra é que apesar de tudo o Brasil é o país do futuro.

Como Amado absorve ou nega algumas posturas de alguns interpretes é a intenção deste trabalho. Dividido em três partes, o texto passa pelo princípio do debate sobre identidade em nossa literatura, observando as lutas e contradições feitas pelos nossos literatos em busca de negar o mandato utópico deixado pelos nossos colonizadores. Temos uma segunda parte que avalia os aspectos

* Estudante do mestrado em História Social da Universidade Federal de Uberlândia. matheusdemesquitaepontes@yahoo.com.br

¹ *O Cavaleiro da Esperança* é um romance biográfico da vida de Luiz Carlos Prestes. Um texto que exprime em suas entrelinhas as teses políticas da III Internacional Comunista e sua seção brasileira, o Partido Comunista do Brasil (PCB), buscando construir uma Frente Popular para derrotar o movimento nazi-fascista em escala internacional e a ditadura varguista em solo brasileiro.

“negativos” existentes em nossa identidade, fruto de um processo histórico que acarreta conseqüências. Por último, apontamos as disputas e as idéias comuns de nossos intérpretes na primeira metade do século XX que, por uma forma ou outra, se encontram presente em nosso meio por intermédio de disputas até os atuais dias.

A literatura e sua contribuição inicial para pensar a identidade nacional: o “indianismo” e o “regionalismo”.

A questão da identidade nacional está fortemente presente no cotidiano da vida política pública, o que constitui um espaço de conflito permanente entre aqueles que querem determinar seu fundamento e seu conteúdo. Reflexo de lutas e embates promovidos ao longo da história, a identidade nacional é um trabalho presente na construção social que nos faz abrir os olhos para compreendermos, ao mesmo tempo, as suas elaborações estratégicas que permeiam sua dimensão cultural e, que é (re)elaborada ou afirmada em relevância do momento histórico vivido.

Iniciando por Octavio Souza, em *Fantasia do Brasil* (1994:18), ele nos colocará que a Literatura brasileira, em sua essência, sempre nomeia uma série de atributos que qualificam o que deve ser posto como verdadeiro em nossa constituição enquanto nação. Existe por detrás dessa intenção uma ambição de suprir a carência dos brasileiros em se colocarem enquanto agentes da construção de seu próprio destino, isto é, construir o amanhã de sua nação, não aceitando a posição de dependência, seja ela cultural, política e, para alguns literatos, até mesmo econômica.

Os conceitos iniciais de Souza refletem as estratégias postas por Jorge Amado: a busca de superação das carências deixadas pela elite e seus regimes ditatoriais através da repressão. O exemplo de seu biografado, Luiz

Carlos Prestes, incentiva o leitor a construir um norte de ação, elaborando um novo sentido e sentimento de nação.

O que nosso literato propõe não é uma atitude somente da nossa Literatura contemporânea nacional. Segundo Souza, isso se fez presente desde o princípio da formação de nossa Literatura: uma escrita empenhada em construir um Brasil enquanto nação. Uma Literatura que tem por objetivo uma identidade baseada no desenraizamento da matriz colonizadora.

Os nossos “primórdios” da Literatura brasileira, que propõem a liberdade do filho perante o pai conquistador, mantêm uma relação ambígua com os personagens que vão constituir a nova cara do Brasil. Não negam o branco europeu que aqui se instala e nem eleva o nativo enquanto o detentor natural de nossa identidade. As ambigüidades caminham para os possíveis entrecruzamentos. Um consenso apaziguador de dois povos que viviam em crise e que se reerguem em um solo de natureza esplêndida. Essa visão depois se expandiria, em nossa Literatura, aos negros escravos aqui instalados por intermédio da força e, contemporaneamente aos imigrantes europeus que se vieram ao final do século XIX e início do século XX.

Edgar De Decca, em *Tal pai, qual filho? Narrativa da identidade nacional*, utiliza-se da visão de Octávio Paz para afirmar que somos um projeto de utopia européia, o “novo mundo”. Uma terra onde o europeu considera que o nativo não construiu o presente e nem constituiu o passado, apesar dele ali estar, sendo um mundo com o futuro a ser elaborado, em que o europeu conquistador imaginou aqui poder construir o seu projeto histórico. De Decca coloca que aqui está a matriz de nossa ambigüidade em elaborar o nosso ideário nacional. Nessa linha segue a abordagem de nossos literatos, pois ora reivindicam para nossa identidade nacional a utopia imaginada pelo europeu e em outros momentos querem negá-la. Mas, o autor tem plena consciência de que

existe um conflito constante na sociedade brasileira, que reivindica negar o cumprimento da utopia pretendida pelo europeu.

Voltando a Octavio Souza (1994: 20), ele retoma o conhecimento de Antônio Cândido para argumentar que a Literatura brasileira, assim como a de outros países latino-americanos, cumpre um compromisso com a vida nacional. Fato que, segundo ele, é inexistente nas Literaturas dos nossos países colonizadores das Américas. Logo, Souza nos apontará que,

vale a pena notar que, no século XIX, quando se firmou a controvérsia sobre a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa, várias foram as trocas de argumentos relativas a quais aspectos da tradição européia deveríamos conservar ou rejeitar, na busca da identidade (1994: 21).

Observamos, através deste contexto, que a Literatura tende a nascer frente a uma realidade histórica, seja para lutar contra a realidade posta ou para conservar certas características. Mas, de forma alguma, não podemos negar que tais literatos, ou outros intelectuais, não tiveram influência de modelos estrangeiros para produzir sua narrativa ou para pensar a nossa identidade.

Edgar De Decca (2002: 20) discute que essa busca pela identidade nacional é produto do século XIX e está marcada por um profundo romantismo que transformou a história brasileira numa lenda de cunho familiar, em que o mandato utópico do colonizador é transmitido de pai para filho alcançando, por último, o neto. Ou seja, de D. João XI passa para D. Pedro I, terminando o legado com D. Pedro II. Dessa forma, o autor nos atenta que a identidade nacional é elaborada sob a visão do branco europeu, homem que abandonou sua terra natal em busca da terra utópica, excluindo outros personagens do processo de produção. Não

se dá voz aos índios e aos negros. Estes indivíduos não serão, ou melhor, nunca foram, na história brasileira, convidados a emancipar-se como parte de elaboração dessa identidade. O contato do branco com o nativo indígena ou com o negro, posteriormente, é apenas uma consequência dos fatos ou parte do desenvolvimento do projeto utópico.

Márcia Naxara, em *Cientificismo e sensibilidade romântica* (2004:61), aponta que, no século XIX, o homem perde de forma significativa o sentido de humanidade igualitária, desenvolvendo o conceito de raças superiores por meio de critérios baseados em características físicas, isto é, aos poucos, estava se constituindo as matrizes do racismo em detrimento de determinados grupos humanos.

Diante desse contexto, buscou-se uma explicação ao Brasil, destacando seus aspectos selvagens e naturais. É o período em que emergem as alegorias entre o bem e o mal, contribuindo para a representação bipolar entre civilização e barbárie, sendo posteriormente refeita através da polarização campo e cidade.

O Brasil, segundo a autora (Naxara, 2004: 28-29), foi freqüentemente encarado, a princípio, como a nação que precisava ser civilizada, local com uma natureza pura e ao mesmo tempo selvagem. Dada sua natureza exótica, a nação seria lembrada como agrária e exportadora; a sustentação do país viria do campo, mas a vida civilizada da nação se exercia de forma plena nos centros urbanos. Uma terceira representação será entre o sertão e o litoral, uma vez que as localidades existentes no interior serão vistas como prolongamento do campo, local que remete a imagem de atraso e provincianismo, diferente do litoral aonde se encontra a civilização, a cidade.

Buscando conexões com a produção literária, a primeira representação apontada por Naxara - também apontadas por De Decca - pode ser vistas em José de Alencar na sua fase de “romancista indianista”. Através da

exaltação da pureza da natureza brasileira se constituirá o palco na qual ele buscará forjar um esquecimento do passado destruidor do europeu perante o massacre da cultura dos nativos e da própria natureza local, em detrimento de um futuro conciliador entre índios e europeu.

Em *Iracema* como *O Guarani* à superação das crises vividas pelo branco e nativo da terra são garantidas pela afetividade que pode existir entre esses dois povos tão distintos, mesmo que isso, a princípio, custe muito sofrimento por ambas as partes. Não é por acaso que no final dos seus enredos Alencar aponta como consequência da aproximação o nascimento de alguma criança que represente a esperança de cumprimento do legado utópico buscado pelo branco em conciliação com o nativo da terra.

José de Alencar, na peça teatral *Mãe*, realizará representação semelhante, só que voltada à relação entre o negro escravo e o branco. A mãe negra e escrava tem um filho branco que se torna doutor, mas não a conhece e tem medo dele rejeitá-la. No final do enredo mãe e filho se conhecem não existindo mágoas ou rejeição. A questão da cor e do preconceito social está sempre presente no contexto, mas o final “feliz” aponta para a superação, demonstrando mais uma vez o caráter apaziguador da literatura de Alencar.

É essa literatura de Alencar que posteriormente vai atrair Jorge Amado. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras Amado vai afirmar que “sou um rebento de Alencar” e, que o mesmo é um marco em nossa história literária nacional, sendo que sua escrita expressava “a força do povo, bravia, descontrolada, enchente e enxurrada, árvore nunca podada...”.

Amado, em seus romances de cunho social, principalmente aqueles ligados às denúncias do Estado autoritário na Era Vargas, não possuem enredos que terminam com o “final feliz”, mesmo porque sua intenção não era iludir o leitor, e sim, estimulá-lo à ação. Mas, de

qualquer forma, ele não perde o veio da propagação da esperança a exemplo de Alencar. Tanto em *Subterrâneos da Liberdade*, quanto em *O Cavaleiro da Esperança*, as duas obras amadianas mais críticas ao governo Vargas, o literato conclui que seus personagens sejam eles fictícios ou não, exercem, além do fardo de resistirem à dura ditadura, a difícil missão de pais. Seus filhos seriam forjados na luta de classes, criando assim, uma identidade que os levariam a cumprir ou continuar a missão iniciada pelos seus pais, seguindo o exemplo moral de Luiz Carlos Prestes e Stálin².

Retornando a Naxara, sua segunda e terceira representações são bastante próximas. Tais representações se aproximam da Literatura crítica de Lima Barreto, em *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Quaresma, quando quer provar para a sociedade que o Brasil tem solução ele vai para ao campo e tenta produzir, seja na busca de inventar novos mecanismos de produção agrícola, seja na divisão de sua própria terra. Mas quando é necessário manter, depor ou sugerir mudanças no regime político, ele retorna à civilização, ao lugar das decisões: o centro urbano.

Essas duas representações apontadas por Naxara também podem ser vistas em *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco e em *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Ambas as obras analisam os ciclos econômicos vividos pelo Brasil e apontam as discrepâncias entre o local que se produz e os centros urbanos.

² Em *O Cavaleiro da Esperança*, a biografia aponta que através do fruto do amor entre Prestes e Olga nasceria Anita em campo de concentração nazista, que certamente seguiria o exemplo da mãe e perseverança do pai. Em *Os Subterrâneos da Liberdade*, os personagens protagonistas João e Mariana são militantes profissionais do PCB e tem um filho que se chamara Luiz em homenagem a Luiz Carlos Prestes, apesar de ambos serem presos ao final do romance, a esperança da revolução permanece através do Partido e do filho.

Nabuco, no livro citado, narra a luta pelo fim da escravidão no Estado brasileiro, sendo que uma das consequências do sistema escravocrata é a miséria do interior brasileiro em benefício do centro urbano localizado no litoral. O autor argumenta que após o senhor de escravos explorar determinadas terras de uma região, até o ponto de esgotar a produção desejada, o escravocrata abandona a terra, com tudo que tem nela, incluindo uma massa de escravos desgastada pelo trabalho físico, a qual terá pouca serventia para uma nova empreitada. O que resta é uma terra infértil e uma massa de miseráveis a perambular em busca de sobrevivência.

O marxista Caio Prado Júnior compartilha a mesma visão do liberal Nabuco³, mas vai além denunciando que a escravidão, em todos os ciclos econômicos do Brasil, desde a sua colonização, tiveram essa dinâmica, seja no ciclo da madeira, da cana-de-açúcar, da mineração, da borracha e, por último, a do café. Ao centro urbano, cabia o destino de hospedar a elite nacional, além de servir como local de escoamento da produção extraída no interior do país.

Octavio Souza (1994: 30-31), baseando-se em Octavio Paz nos dirá que a identidade americana só se tornou possível quando houve um desenraizamento original do homem americano em relação à tradição européia: a busca pelo abandono de sua condição utópica. Tudo isso graças a um sentido dialético de negação em plena repetição, em que assumimos plenamente quem somos fundados em uma idéia européia em que depois negamos, condição esta que nos eleva a superar e pensar nossa própria identidade. É nesse contexto que encontramos os romances “indianistas” de Alencar; num cenário de natureza exuberante, o branco

³ Nabuco teve um olhar mais focado na economia cafeeira e açucareira. Seu livro possuía a intenção de convencer o setor da sociedade que resistia a escravidão: os senhores de escravos e políticos.

forja em parceria com o nativo e constrói, conforme seus moldes, um modelo de nação.

Já a relação litoral e interior, campo e cidade, zonas de produção e centro urbano, além de outras, é fruto de um autoconhecimento. A Literatura de Lima Barreto possui esta característica. Bernardo Guimarães, em *Índio Afonso* e *O Garimpeiro*, também segue a mesma trilha, como uma vasta referência de romances regionalistas produzidas no final do século XIX. De forma especial, temos *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que, segundo Edgar De Decca, pode ser considerada uma das maiores obras da Literatura brasileira que demonstra o fracasso da colonização portuguesa, aponta as diferenças e exclusão social, denuncia os crimes cometidos em nome da busca da identidade nacional e nos propõe a (re)pensar a mesma. Numa abordagem mais contemporânea, esse movimento continua com o próprio Jorge Amado, em *Cacau*⁴, com Graciliano Ramos, em *Vidas*

⁴ Em *O Cavaleiro da Esperança* a relação campo e cidade estará presente na formação política que Luiz Carlos Prestes terá do Brasil. A marcha da Coluna Prestes é o pivô dessa reflexão. Os tenentes e Prestes fogem após os levantes de 1924 dos centros urbanos da região sul e sudeste para o interior do Brasil no intuito de manter viva a chama da “revolução”. E é nesse contexto que os rebeldes vão conhecer a realidade miserável do país interiorano, numa marcha que caminharia cerca de 25 mil quilômetros Brasil Adentro. Apesar de manterem a resistência do movimento no interior a Coluna almejava ocupar a cidade. Adentrar a capital litorânea, o Rio de Janeiro, e fazer a “Revolução” através de um golpe que destituiria Artur Bernardes. Com o fracasso do movimento Prestes buscará no seu contato com a literatura marxista as respostas para as discrepâncias entre o interior e o litoral, forjando assim, segundo Jorge Amado o perfil do “Herói” que tirará o Brasil das garras do tirano Getúlio Vargas e de seus cúmplices fascistas / integralistas. Mas vale lembrar que, em 1935, quando Prestes e demais militares tentaram promover os levantes

Secas e com Bernardo Élis em *Tropas e Boiadas*. Esse modelo de Literatura, que retrata o interior brasileiro, também é mais um movimento de desenraizamento que leva ao entrecruzamento entre o campo e a cidade, mas mantendo o olhar a partir do urbano, do homem “civilizado” descendente do branco europeu sobre os povos interioranos.

Colonização: Tristeza, miséria, exploração, repressão e seus possíveis olhares na elaboração da identidade brasileira.

Luxúria e cobiça, o fermento que contribui com a melancolia e tristeza do povo brasileiro. Paulo Prado, em *Retratos do Brasil*, conduz o debate da identidade brasileira para esse campo.

Uma metrópole em decadência. Assim, se encontrava o império português na época do Brasil colônia. Para Prado (1998: 135), o nosso colonizador era integrante de uma nação corrompida pelo luxo e desmoralizada pelos seus costumes, o que fazia com que o europeu perdesse, aos poucos, seus valores morais.

Os senhores favoreciam os ajuntamentos para aumentarem o número de crias; os filhos de escravos até a terceira ou quarta geração, embora batizados, eram marcados na cara com um ferro em brasa para se venderem; o castigo mais comum era queimá-los com tições acesos, ou com cera, toucinho ou outras matérias derretidas... (PRadO, 1998: 137).

Para o autor, Portugal vivia uma intensa miscigenação interna, o que fez desaparecer do imaginário local a figura do português heróico existente no século XV,

armados, suas ações tiveram voltado a regiões litorâneas sem um envolvimento preparatório com o restante do país interiorano.

abrindo assim, uma crise em sua identidade e dando margem para um “propenso misticismo”. (PRadO, 1998: 137).

Essa crise apontada por Prado parece afetar a colônia brasileira num momento em que buscava esboçar seus princípios de formação. Isso, para o autor, se tornava evidente ao observar a sede do governo central situada na Bahia, local que “se ligava umbilicalmente ao organismo doentio e enfraquecido da Metrópole”. (PRadO, 1998: 138).

Seguem-se, então, duas heranças que ficaram na matriz do caráter do povo brasileiro. De um lado, a origem de uma sensualidade própria das terras dos trópicos, em uma “terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual”⁵ (PRadO, 1998: 139) e, por outro lado, à fascinação materialista, a busca pela riqueza tornando-se uma mania, uma obsessão.

Retornando à primeira parte deste texto, Prado observa que o Brasil ainda não estava totalmente maduro para separar-se do pai e rejeitar seus projetos, pois, segundo seu ponto de vista, o país possuía poucos aglomerados humanos, não dando margem à ocupação necessária de nossas terras. Além disso, a relação entre a metrópole e o restante do país revelava a total melancolia aqui reinante. Para o autor, se o Rio de Janeiro, local onde se instalou toda a corte portuguesa, era um local bucólico, imagina como deveriam ser populações provincianas: uma plena decadência.

Paulo Prado, apropriando-se de Joaquim Nabuco, salienta que o egoísmo dos senhores de escravos provocou

⁵ Jorge Amado depois que abandona sua fase literária de engajamento social – militante – se aproxima do uso alegórico da sensualidade do povo brasileiro para produzir os seus romances. Mesmo em seus romances militantes, Amado quando quer rebaixar a posição moral de algum de seus personagens ou apontar a falta de um “espírito revolucionário” do mesmo ele apela para enquadramento do vício sexual, a luxúria.

horrores, perturbou e envenenou a formação de nossa nacionalidade. Apesar do teor racista, tais autores evitam demonstrar essa posição, defendendo que o problema não foi a mescla do sangue negro com o branco europeu, mas sim, o relaxamento dos costumes que levou à dissolução do caráter social, trazendo consequências ainda incalculáveis para a formação de nossa identidade.

O interesse do senhor sobre a vida dissoluta do africano e do mestiço estimulava a dissolução ética do melhor da sociedade brasileira:

Desde crianças começavam a corromper os senhores moços dando-lhes as primeiras lições de libertinagem. Os mulatinhos e crias eram perniciosíssimos... Senhores amasiavam-se com as escravas, desprezando as esposas legítimas, e em proveito da descendência bastarda; outros não casavam, agarrados ao vício de alguma harpia que os seqüestrava. (PRadO, 1994: 154-155).

Seguindo a linha de Paulo Prado, Joaquim Nabuco destinará os três últimos capítulos de *O Abolicionismo*⁶ para denunciar as consequências trazidas pela colonização escravocrata e seus possíveis impactos, caso o sistema não fosse abolido. Entre elas, estariam a perda dos bons costumes e a ganância escravocrata, ocasionando, dessa forma, o empobrecimento e o despovoamento do território interiorano brasileiro.

Em relação aos bons costumes,

O que esse regimen representa, já o sabemos: moralmente, é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva-a

⁶ Capítulo XII – Influência da Escravidão sobre a nacionalidade, capítulo XIV – Influência sobre o território e a população do interior e capítulo XVII – Receios e Consequências.

família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária; politicamente, é o servilismo, a degradação do povo, [...] o fechamento dos nossos portos aos imigrantes que buscam a América do Sul; [...] a desmoralização da autoridade desde a mais alta até a mais baixa; a impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos, [...] (NABUCO, 2003: 242).

Para Nabuco, a escravidão condicionou os relacionamentos “promíscuos nas senzalas”, atraso mental, instintos bárbaros, péssimas maneiras sociais, às superstições grosseiras do brasileiro, corrupção da Língua Portuguesa e doenças. Também, segundo o autor, a escravidão impediu a formação / aparecimento da família brasileira, pois o senhor era interessado na produção do ventre escravo, isto é, na fecundidade das mulheres negras, o que o conduzia à sua vida mundana com a escrava.

Em relação ao interior e suas populações,

A verdade é que as vastas regiões exploradas pela escravidão colonial têm um aspecto único de tristeza e abandono: não há nelas o consórcio do homem com a terra, as feições da habitação permanente, os sinais do crescimento natural. O passado está ali visível, mas não há o prenúncio do futuro: o presente é o definhamento gradual que precede a morte. A população não possui definitivamente o solo. (NABUCO, 2003: 178).

Nabuco defendia a colonização gradual dos europeus sobre o território brasileiro, tendo por base o desenvolvimento do interior dos Estados Unidos com a corrida para o oeste, bem como o desenvolvimento sócio-político da Argentina. Mas, para isso, era necessário abolir a escravidão, pois esse regime não atraía o imigrante europeu. Outro problema advindo da escravidão era a manutenção da

produção brasileira vinculada a um só ramo. O autor defende a diversidade da economia brasileira, seria promovida através do incentivo à imigração.

Considerando Jorge Amado, essa mesma elite de senhores de escravos dirige o Brasil até o século XX; seriam os *senhores feudais* aristocratas que, até a era Vargas, exploravam o povo.

No contexto da exploração do povo brasileiro pelos escravocratas, o povo veio, paulatinamente, descobrindo seus mecanismos de luta. Para Amado, os escravos descobriram os quilombos e construíram a resistência contra a escravidão, eliminando-a, posteriormente. Agora, era a vez dos operários descobrirem a greve e construírem junto com Prestes a luta contra a exploração, era também a hora dos soldados, cujas origens remontam no Movimento Tenentista e sua Grande Marcha que foi a Coluna Prestes, tomarem as armas e, numa ação conjunta com os trabalhadores, construírem a consciência de classe que os levariam a tomada do poder.

A questão é que a elite não “aceita o seu destino” e emplaca a repressão. Para o literato, isso seria o início da dor, do retrocesso, da ditadura. É nesse contexto que Getúlio Vargas nos é apresentado, em *O Cavaleiro da Esperança*, como um tirano aliado aos “assassinos fascistas”, um gerenciador do Estado brasileiro em benefício da velha aristocracia senhorial brasileira. Mas diferentemente de Paulo Prado e Joaquim Nabuco, Amado sustenta a visão de que a perda da moral e os sofrimentos oriundos da repressão não levariam o povo brasileiro à tristeza e à falta de esperança. Pelo contrário, a elite e os repressores que perderiam a esperança de tomar / roubar a alegria do brasileiro.

Paulo Prado, Joaquim Nabuco e Jorge Amado, indicam, de uma forma ou outra pontos negativos na formação da identidade do Brasil. As metodologias e as

conclusões se diferenciam, apesar de todos concordarem com o pesado fardo carregado pelo povo brasileiro: escravidão, tristeza, ganância, luxúria, repressão etc. Mas, nem tudo está perdido para nossos autores. Todos apontam fórmulas para (re) construir nossa identidade. Paulo Prado defendera a revolta social como um avanço de consciência da elite e do restante da população brasileira; para Joaquim Nabuco, qualquer mudança que ocasionasse uma transformação social teria que ser iniciada a partir do fim do regime escravocrata, o grande mal de qualquer nação. Jorge Amado, bem situado com as teses do movimento comunista internacional e, em particular, com as teses do PCB, defende a “revolução proletária” através de suas “etapas necessárias”.

Elaborações e disputas por uma identidade

O debate sobre a identidade nacional tende a ser mais presente na sociedade em momentos de crise social ou em instabilidades político - econômicas. Trabalhando com Yves Déloye, em *Razão e paixão na política*, utiliza-se o exemplo francês para analisar a temática. Para o autor, os debates que envolveram a ratificação do Tratado de Maastrich, em 1992, serviram para fomentar o (re)pensar da identidade nacional francesa, emergindo assim, vários modelos interpretativos que, de forma pública, ocuparam os lugares de debates institucionais, em especial, o parlamento e a mídia através da publicação de diversos artigos.

Déloye é taxativo. São os políticos que impõem a maneira de ver a questão nacional. Por assim, os literatos são peças-chaves para fomentação das propostas desse sentimento nacional. Nesse sentido, o conceito de identidade tem que ser analisado em suas nuances, pois o termo é utilizado em vários sentidos e contextos. Portanto, “detrás da disputa de palavras e as das lutas de classificação que

mencionamos, é a capacidade da identidade nacional de acolher a alteridade que está colocada” (2002:112).

Em relação ao contexto brasileiro, podemos observar momentos específicos em que o debate em torno da identidade nacional é (re)pensado e disputado com mais ênfase. A proclamação da independência, a queda da monarquia e a implementação da república, as idéias inovadoras no campo político-cultural em 1922, as duas ditaduras de Estado autoritário e, mais recentemente, os escândalos do governo de um ex-operário, são, campos férteis para o desenvolvimento deste debate. Não queremos afirmar que, nas lacunas entre um acontecimento e outro, não haja o pensar da identidade nacional. Ela é, de forma orgânica, elaborada. Existem momentos em que os (re)sentimentos emergem em maior grau devido a determinado contexto histórico, o que leva o debate a tomar corpo e proporções mais amplas no conjunto da sociedade.

Trabalhando o período entre guerras, encontraremos Oliveira Vianna, homem da base política do Governo Vargas que foi, segundo Maria Stella M. Bresciani, no livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade* (2005: 22), assessor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e comércio entre 1932 e 1940⁷. Este realizou estudos voltados a reflexões acerca da organização política no Brasil baseando-se nas características de nossa sociedade. Vianna foi combatido, tanto no campo político como no campo das idéias. Rotulado como pensador autoritário e colaborador de primeira linha do Estado corporativista, Vianna caiu no cárcere do esquecimento enquanto interprete do Brasil.

Apesar das críticas sofridas, Vianna em suas análises sobre o modelo das instituições políticas no Brasil, ainda exerce influência nos dias atuais. O autor, em *Instituições Políticas Brasileiras* (1987: 131), discute que, no Brasil, os políticos assumem, no conjunto da sociedade,

⁷ Vianna foi um dos mentores das leis trabalhistas na Era Vargas.

uma importância excessiva em relação às outras categorias profissionais. Existe também uma confiança muito exagerada no parlamento, o qual é dirigido por partidos regionais que seguem os interesses particulares de uma elite localizada, não se preocupando dessa forma, com a unidade Política do país.

O autor defende uma atitude mais sensata das elites brasileira. Ele não as condena; afirma que os problemas existentes em nossas instituições não é fruto da ação de políticos corrompidos, mas sim, consequência de nossa formação social reprimida nesses últimos séculos. Vianna enxerga a elite como um setor que promoverá o desenvolvimento político-social do país, sendo que o restante da sociedade, denominada povo-massa, teria seus limites nessa participação. Entre esses dois setores, o povo elite e o povo massa, existiria um terceiro, o Estado, que seria composto por pessoas específicas, eleitas por eleitorados determinados. Este 3º setor teria a função de dirigir e gerenciar a máquina estatal, harmonizando assim, um pacto social entre as massas e a elite.

Vianna visualiza que nunca se teve um governo democrático no Brasil. O povo-massa nunca contribuiu para os rumos do país, sempre votou seguindo ordens superiores. Porém, esse setor não teve uma educação democrática, ele esteve desmolecularizado perante a nação. Ele ainda não estaria emancipado e, por isso, não estaria preparado para exercer a democracia.

Uma das alternativas apontadas pelo autor, independente de qual seja o setor / classe, é a sindicalização que, no seu ponto de vista, integra o indivíduo enquanto uma molécula na estrutura política estatal. Nessa estrutura, o indivíduo se inseria em associação de interesse extrapessoal, o que o legitimaria na incorporação da estrutura democrática brasileira tornando-se “massa-nação”.

A ideologia da esquerda, certamente, discordou e ainda discorda desse posicionamento de estado corporativista esboçado por Vianna e, em partes, aplicado durante o Estado Novo. Mas, na prática, temos que observar que as estratégias postas pela esquerda brasileira, presente nos *slogans* lançados por Amado, em *O Cavaleiro da Esperança*, não se distanciam das perspectivas de Vianna no campo da participação política dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira.

As Frentes Populares⁸ que, no Brasil, foram representadas pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), durante o entre guerras, seriam organizações políticas voltadas ao combate do avanço do fascismo e de governos ditatoriais, tendo como base social sujeitos que, de uma forma ou outra, também estariam organizados (o “bom” burguês nacionalista, o operário de fábrica sindicalizado, profissionais liberais, militares etc.). Tal movimento não visava a participação do homem interiorano ou de indivíduos desorganizados dentro da sociedade. Somente no caso da “Frente Popular” assumir o poder do Estado, tais sujeitos seriam chamados a se emanciparem pela “nova democracia”.

Apesar das diversas críticas contra Oliveira Vianna, Breciani, no livro já citado, considera que ele foi um dos principais intérpretes do Brasil ao afirmar que os problemas oriundos das primeiras décadas de república no país tinham suas raízes no começo da vida colonial. Muitos dos críticos de Vianna concordaram que os verdadeiros obstáculos à plena configuração nossa enquanto nação tem suas heranças ligadas ao colonizador português.

Sua proposta de revisar a história do Brasil, na certeza de que os problemas do presente encontravam-se em vícios de origem, foi compartilhada por vários intelectuais seus

⁸ Linha política Adotada pela III Internacional Comunista e realizada pelo PCB a partir de 1934.

contemporâneos, autores que, como ele, se propuseram a reapresentar esse percurso de quatrocentos anos. (BRESCIANI, 2005: 26).

Através de Vianna, Bresciani constrói suas análises sobre os demais intérpretes do Brasil, enfatizando que aqueles canonizados como os “papas”, “a Santa Trindade”, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, têm seus pés interpretativos calcados em Vianna. E a autora vai além: retira também da tumba do esquecimento Paulo Prado e Capistrano de Abreu para construir uma “linha hereditária” de pensamento anterior a Vianna.

Panos de fundo semelhantes entre os intérpretes da identidade nacional, mas com propostas interpretativas diferenciadas. Assim, temos Gilberto Freyre um defensor da valorização da cultura regional, ao contrário de Paulo Prado e Oliveira Vianna que possuem uma visão anti-regionalista.

Em seu *Manifesto Regionalista*, apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, Freyre fará uma apologia aos traços da nossa identidade herdados de Pernambuco e do Nordeste.

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. (FREYRE, 1926: V).

Para o autor, apesar da crise que viria abater sobre a cana-de-açúcar, o Nordeste contribuiu para a cultura brasileira, oferecendo a sua atual autenticidade e originalidade.

Freyre afirma que “o conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de Estados” (1926: IV). Sociologicamente, a nação só se explica pelas regiões. O autor não quer ser taxado de um bairrista estadualista ou de separatista e deixa claro que o movimento regionalista não expressava a intenção de opinar sob uma nova organização do país. Ele deixa cristalizada sua repulsa as disputas e as discrepâncias econômicas existentes entre os Estados brasileiros.

Num período mais contemporâneo, temos Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, que também utilizará a proposta de Freyre para analisar o Brasil, de forma regional, em busca do perfil da identidade brasileira. Ribeiro destina as primeiras partes de seu livro para analisar o entrecruzamento das três raças: os nativos da terra (aos quais ele dá maior ênfase), o europeu colonizador, e o negro escravo. Diferente de Paulo Prado e aproximando-se de Amado, Ribeiro vê no brasileiro um povo que não perde a alegria e que se orgulha de si mesmo, apesar do sofrimento vivido.

Jorge Amado também será visto como o literato que mais contribuiu por divulgar em suas obras o pensamento de Gilberto Freyre, apesar das visões distintas que ambos tinham sobre o destino político a ser tomado pelo país. Boa parte dos escritos e pronunciamentos de Amado fazem referência à formação histórica do país e às características do brasileiro. A mestiçagem biológica e cultural é tema dos enredos de Amado e, supostamente, característica de nossa nação.

Amado, usando uma leitura de Freyre, é um dos grandes colaboradores que reforça o “mito” da democracia racial dentro do seio da esquerda brasileira ao longo dos anos, ressaltando a possível harmonia dos encontros étnico-

culturais, divorciando – os das turbulências no âmbito sócio-econômico (a luta de classes)⁹.

Para concluir, retornemos ao período entre guerras para falar do outro fundo comum. Iniciando através de Stefan Zweig, em *Brasil: País do Futuro*. Zweig é judeu e veio para Brasil no intuito de escapar das garras do nazifascismo alemão. Ele visualiza que nosso país deveria ser desunido e o menos pacífico do mundo se tivéssemos assumido o perfil hostil do europeu. Mas, revelamos o oposto. A fusão das três raças; índios, negros e europeus que, para diversos intérpretes, fez de nós um produto misto e variadíssimo, nos imprimindo um perfil diferenciado em relação aos outros povos do mundo.

Somos o país do futuro! “Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, sempre aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra” (Ribeiro, 1995: 455). Zweig considera que aqui é o paraíso humano, local perfeito para os futuros empreendimentos / investimentos de jovens europeus e bom local para descansos e reflexões dos velhos do velho continente. (ZWEIG, 1941: 179-180). Certamente aqui seria um refúgio perfeito para qualquer judeu ou europeu no mundo. Mas, apesar de o Brasil ser “novo e absolutamente democrático”,

⁹ Essa polêmica se encontra de forma clara na esquerda brasileira no que tange a aprovação do “Estatuto da Igualdade Racial” e a proposta de cotas para negros nas Universidades Públicas que vem sendo encaminhada pelo Governo Lula. A oposição de esquerda ao governo possui a leitura de que é impossível a igualdade racial na economia de mercado. O racismo seria fruto do sistema capitalista para isso a solução é combatê-lo. Se o atual governo comunga-se em buscar amenizar as desigualdades sociais e conseqüentemente as raciais, ele devia calcar seu mandato nas reivindicações dos trabalhadores e populares e não aprofundar a ótica neoliberal dentro do Estado brasileiro.

(ZWEIG, 1941: 168) ele precisava apreender lições com a Europa¹⁰.

Todos os intérpretes mantêm esta idéia em comum, desde os mais desanimados aos mais otimistas¹¹. Amado, para não fugir à regra, aponta o caminho para o futuro promissor e revolucionário do Brasil, através de *O Cavaleiro da Esperança*:

É preciso libertar o Herói [Luiz Carlos Prestes], negra minha. As noites serão de tristeza enquanto ele estiver prisioneiro... Quando amanhã ele partir novamente no seio do povo, amiga, as noites serão doces noites de amor, nas ateias do cais os ais serão suspiros de amantes... Levanta a tua voz, amiga, clama comigo, com toda a gente do cais, com toda os povos livres do mundo, clama até que teu grito seja ouvido: - LIBERDadE PARA LUIZ CARLOS PRESTES. (AMadO, 1997: 351).

Sendo um pouco menos eloqüente, isto significaria a libertação do “líder popular” para “guiar” as massas na luta contra o fascismo e o governo de Vargas, reorganizando, novamente, uma Frente Popular que conseguisse assumir o poder do Estado e repensar uma identidade promissora para o país.

Referências bibliográficas

¹⁰ Retorno ao mito de origem (Europeu) pensado por um alemão judeu em meados do século XX.

¹¹ Até a esquerda que não comungava com os princípios stalinistas apostava nas semelhanças existentes nessa visão. Trotsky refugiado no México “correndo” dos stalinistas e fascistas europeus também analisará que a América Latina é o paraíso perfeito para luta de classes. O berço da futura revolução operária em escala internacional, pois possuía uma jovem classe trabalhadora ainda não contaminada totalmente pela praga da burocratização, do stalinismo e do fascismo.

- AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
- _____. *IV*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1978.
- BARRETO, Lima. *IV*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- DE DECCA, Edgar. Tal Pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional. In: CHIAPPINI, Lúcia e BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora da Unb, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Série Cultura Geral, s/d.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Editora da UNB, 2003.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UNB, 2004.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- SOUZA, Octavio. **Fantasia do Brasil**: as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Editora Escuta, 1994.
- VIANNA, Oliveira. *in*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

ZWEIG, Stefan. **Brasil país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.